

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONCIDADE-BC de 2019
ATA (01/08/2019) – 135ª Reunião do ConCidade-BC

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas e dez minutos, realizou-se a quinta reunião ordinária do ano, sendo a centésima trigésima quinta reunião do Conselho da Cidade, na Câmara de Vereadores, situada na Avenida das Flores, 675, no Bairro dos Estados, presidida pela Sra. Adeltraut Zoschke Schappo (Secretária de Planejamento), com a presença dos seguintes conselheiros (as): Vladimir M. Trautwein – Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária (S), Douglas C. Beber Rocha - EMASA (T), Anderson dos Santos – COSIP (T), Ana Beatriz M. Mattar - Fundação Cultural (T), Fabiana T. Buhner - Procuradoria Jurídica (T), Karine Almeida Gomes - Secretaria de Gestão (T), Valdir Rubens Walendowsky – Secretaria de Turismo (T), Rubens Spornau – Gestor TPC – (T), Maria Heloisa Lenzi - SEMAM (T), Alex Haacke (AME) (T), Valdir de Andrade - CONSEG BC (T), Luiz Fernando S. Bittencourt - CONSEG Centro BC (S), Valmira Kohls Butwilowicz – CONSEG Barra Norte (T), Rafael Pierozan – OAB (T), Janete Regina N. Canei - OAB (S), Eraldo Luiz de Carvalho Júnior – SINTRACESC (T), Eliane Colla – CDL (S), Fabiane Schlindwein – ACIBC (T) e José Wilson Alexandre – Roraty Club (T). A presidente colocou em apreciação e votação a ata da reunião ordinária do dia 04 de julho de 2019, já enviada por e-mail aos conselheiros (as), em nada sendo alterada, a mesma foi aprovada por unanimidade. Na sequência fez a leitura da pauta, publicada no Jornal Diarinho no dia dezessete de julho de dois mil e dezenove, composta de dois itens, sendo: 1. Apresentação do projeto do equipamento público “Mercado Público da Barra”, para deliberação quanto a projeto especial; 2 - Avaliação do Projeto Legal, conforme Processo nº 2019009109 de Aprovação de Projeto, requerido por Tisciana Loise Araujo (UNIONCORP COMÉRCIO DE BEBIDAS, SUSHI E LAVACAR), a ser implantado à Rua 1822, lote sob DIC nº 665, Centro, em cumprimento ao dispositivo da Lei Municipal 3.930/2016, por tratar-se de edificação com a utilização de contêineres; Assuntos gerais. A Presidente sugeriu alteração na ordem da pauta por motivo do item 1 (um) ser mais extenso e o item 2 (dois) apenas distribuição do processo nº 2019009109 de Aprovação de Projeto, requerido por Tisciana Loise Araujo (UNIONCORP COMÉRCIO DE BEBIDAS, SUSHI E LAVACAR), a ser implantado à Rua 1822, lote sob DIC nº 665, Centro; sem objeções por parte dos conselheiros, encaminhamos o processo à Comissão de Análise de Processos de Edificações em Contêineres (CAPEC) para análise e relatoria. A Presidente então retornou ao item 1 (um) da pauta, apresentação do projeto do equipamento público “Mercado Público da Barra”, para deliberação quanto a projeto especial (projeto anexo); passou a palavra para o senhor Nelson de Oliveira Diretor-Presidente da COMPUR (BC Investimentos) e ao arquiteto Enio Faquetti para explanação. O senhor Nelson de Oliveira comentou sobre a honra de participar da apresentação do projeto do Mercado Público já que é

o responsável pelo desenvolvimento de parcerias público-privadas para a realização da obra. Ressaltou que o projeto tem a função de conectar a cidade ao ambiente histórico, sendo um projeto desenvolvido pelo arquiteto Enio Faquetti, segundo o edital de chamamento público nº 01/2018 (anexo), salientou também sobre o Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas – CGP, onde o arquiteto Vladimir M. Trautwein, colaborador da Comissão de Avaliação, coordenou a reanálise realizada por técnicos da Secretaria de Planejamento sendo emitido o relatório de avaliação parcial (anexo), em seguida passou a palavra para o arquiteto Enio Faquetti que explanou o projeto em todos os seus detalhes. Na sequência a Presidente passou a palavra ao arquiteto Vladimir M. Tautwein que explanou sobre as considerações do projeto, observando que há necessidade de considerar o empreendimento como “Projeto Especial”, nos termos dos arts. 156 e 157 do Plano Diretor (Lei n.º 2.686/2006) e o art. 9º, da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei n.º 2.794/2008), em razão da altura da edificação, do número de vagas de estacionamento, da Área de Preservação Permanente do Rio Camboriú e da taxa de ocupação. Comentou que no projeto original, analisado pela CGP, estavam previstas mais vagas de estacionamento, mesmo assim não atendia a Legislação atual, então foi sugerido priorizar as vagas de idosos e deficientes físicos e bicicletários considerando a conexão com a Barra Sul pela Passarela da Barra e com isso, ampliando o espaço público de convivência e melhorando a integração da Casa Linhares com o empreendimento. Também foram feitas considerações sobre a previsão de abastecimento de embarcações para que estas sejam exclusivamente para uso de diesel, atendendo as normas ambientais e da ANP, e somente para pescadores artesanais devidamente inscritos em cadastro do Governo Federal para esta atividade; o projeto arquitetônico deverá ser submetido as necessárias aprovações nos órgãos competentes. Abertas as inscrições para perguntas pela Presidente o conselheiro Dr. Valdir de Andrade fez o seu comentário elogiando ser uma empresa de nossa cidade que ganhou o processo de licitação para fazer o projeto de uma obra tão importante, sabendo da competência do arquiteto Enio Faquetti e solicitou esclarecimentos sobre o local onde será implantada a base da Polícia Militar, foi respondido pelo arquiteto Vladimir M. Trautwein que será onde atualmente é o ponto de ônibus, também recomendou que seja providenciada a documentação para deliberação do Concidade-BC por tratar-se de edificação com a utilização de contêineres; passada a palavra ao conselheiro Alex Haacke fez seu comentário sobre a utilização da praça de alimentação se esta seria pública ou privada, e também questionou sobre a possibilidade de fazer subsolo para resolver os problemas de estacionamento, fez colocações sobre o retorno que esse investimento proporcionaria tendo em vista a carência de locais públicos para esse fim; o arquiteto Vladimir respondeu ao questionamento colocando a fragilidade da Casa Linhares que é uma edificação antiga e precisa ser preservada, que respeitando os recuos necessários e rampas de acesso também não chegaria as vagas de estacionamento necessárias a Legislação vigente; o conselheiro Dr. Rafael Pierozan colocou a necessidade de prever uma solução para a questão do estacionamento e ser uma condicionante para a execução do projeto; a Conselheira

Maria Heloísa colocou que hoje a população utiliza o transporte por aplicativo e seria necessário disponibilizar área de embarque e desembarque, mas de maneira nenhuma inviabilizar um equipamento deste porte em uma cidade turística como Balneário Camboriú, também colocou que a cidade é para as pessoas e elogiou o arquiteto Enio Faqueti pelas características harmoniosas do projeto contemporâneo inserido em uma área histórica como é o Bairro da Barra, ainda questionou com relação aos licenciamentos ambientais. O arquiteto Enio respondeu que a documentação está pronta e logo será protocolada. Em seguida a Presidente colocou em votação a deliberação referente a autorização para o Poder Executivo dar prosseguimento aos trâmites do Projeto Especial Mercado Público da Barra por votação nominal, sendo aprovado por unanimidade. A Presidente passou aos assuntos gerais onde a conselheira Eliane Colla questionou a Lei nº 2396 de 10 de novembro de 2004 (anexo), que trata sobre hotéis e demais meios de hospedagem, empresários tem questionado o artigo 1º parágrafo 3º onde consta "...a área de terreno mínima exigida para implantação de novos empreendimentos, será de 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), em todo o território municipal.", conforme colocação do conselheiro Rubens Spornau seria necessário extingui-la através de projeto de lei já que remete ao Plano Diretor de 1997. O conselheiro Dr. Valdir de Andrade sugeriu elaborar uma recomendação ao Poder Executivo sugerindo revogação da mesma. A presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Nada mais sendo dito, eu, Michela Denise Parno Alcantara Lima, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, composta de três páginas para que assinada surtam seus efeitos legais.

(Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Danando, Parno, Colla, Spornau, and others, along with a circular stamp that reads "M.D.P.A.")

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO DA CIDADE- REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 01/08/2019

Horário: 18:00 horas

Local: Câmara de Vereadores de BC

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL(09)

- Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária

Titular: Adeltraut Zoschke Schappo.: _____

Suplente: Vladimir Marcolin Trautwein: _____

- Emasa:

Titular: Douglas C. Beber Rocha : _____

Suplente: Eliani Varella Domingues: _____

- COSIP / Obras:

Titular: Anderson dos Santos: _____

Suplente: Djandro G. S. de Souza: _____

- Fundação Cultural:

Titular: Ana Beatriz M. Mattar _____

Suplente: Lilian Martins Camargo: _____

- Procuradoria Jurídica:

Titular: Fabiana T. Buhrer: _____

Suplente: Daniel Brose Herzmann: _____

- Secretaria de Gestão Administração/Secretaria de Articulação:

Titular: Karine Almeida Gomes: _____

Suplente: Dalton C. Becker: _____

- Secretaria de Turismo / Sec. da Fazenda:

Titular: Valdir Rubens Walendowsky: _____

Suplente: Franc Ribeiro Côrrea: _____

- Gestor TPC/ Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública:

Titular: Rubens Spernau: _____

Suplente: David T. Queiroz de Souza: _____

- Secretaria do Meio Ambiente:

Titular: Maria Heloísa Lenzi: _____

Suplente: Leandro Grzybowski da Silva: _____

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES
(06)

- Associação AME/Comitê do Rio Camboriú

Titular: Alex Haacke: _____

Suplente: Maria Goreti Sbeghen: _____

- Associação AMPE

Titular: Leandro Moraes: _____

Suplente: Cleberto F. Marcelino: _____

- Assoc. Moradores do Bairro dos Municípios

Titular: Thiago André Prazeres: _____

Suplente: Mauria Dalmas da Silva: _____

- CONSEG Balneário Camboriú

Titular: Valdir de Andrade: _____

Suplente: Domingos Casemiro Pinheiro: _____

- CONSEG Centro BC

Titular: Jair Rodrigues Palmeira: _____

Suplente: Beatriz A. Padilha Babicz: _____

Luiz Fernando Soares Bittencourt *B. Babicz*

- CONSEG Barra Norte

Titular: Valmira Kohls Butwilowicz: *Valmira* _____

Suplente: Luiz Hildor Nuhrich: _____

REPRESENTANTES PELO SEGMENTO DOS TRABALHADORES (02)

- OAB:

Titular: Rafael Pierozan: *Rafael* _____

Suplente: Janete Regina Nola Canei: *Janete* _____

- SINTRACESC:

Titular: Eraldo Luiz de Carvalho Junior: *Eraldo* _____

Suplente: Gustavo Rauh Schoeder: _____

REPRESENTANTES PELO SEGMENTO DA ÁREA EMPRESARIAL (02)

- CDL

Titular: Luciene Cristine Vieira: _____

Suplente: Eliane Colla: *Eliane Colla* _____

- SINDILOJAS

Titular: Rosemari Tomazoni: _____

Suplente: Hélio Dagnoni: _____

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS(01)

- ACIBC:

Titular: Fabiane Schlindwein:

Fabiane Schlindwein

Suplente: Nelson Nitz:

—

REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS(01)

- ROTARY CLUB DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ :

Titular: José Wilson Alexandre:

José Wilson Alexandre

Suplente: Marco Antônio Minikoski:

—

Outros Participantes:

Nome

Entidade

Enio Faqueti

ARQUIPOLY

(Signature)

Giro de serviços

CAMINHÃO CATA-TRECO

Terça-feira: Centro, Praia Brava e Cabeçadas
Quarta-feira: São João e São Judas
Quinta-feira: Vila Operária, Dom Bosco e Ressacada
Sexta-feira: Bambuzal

SEU BOLSO

Dólar comercial – Compra R\$ 3,7587; Venda R\$ 3,7594.
Euro – Compra R\$ 4,2135; Venda R\$ 4,2158
Peso argentino – Compra R\$ 0,0881; Venda R\$ 0,0882.
Salário Mínimo Nacional: R\$ R\$ 998
Salário Mínimo Regional SC: R\$ 1.110, R\$ 1.152, R\$ 1.214 e R\$ 1.271.

IGP-M (FGV) 0,92 % em abril; 8,655 % acumulado em 12 meses.

IPCA (IBGE) 0,57 % em abril; 4,940 % acumulado em 12 meses.

INPC (IBGE) 0,60 % em abril; 5,0747 % acumulado em 12 meses.

Poupança com aniversário até julho – 0,5000% e 0,3715% (Para poupanças a partir de 3/5/2012).

OBITOS

Registro de mortes ocorridas nos dias 15 e 16 de julho, comunicadas por Santa Catarina Assistência Familiar.

15/07/2019
ADRIANO MARCELINO GONSALES
CLETO LEONEL DE SOUZA
DELFIN DE SOUZA
EGON KURTH
ILMA VINCI
IRACY MARIA BORBA
LUIZ ALEXANDRE DE SOUZA
MANOEL D. DA SILVEIRA
MARIA TEREZINHA PEREIRA

DA SILVA
ODETE VIEIRA DE FRANÇA
PEDRO FLORENCIO DA SILVA
ROSANA BRANDENBURG
RUBENS KERTZENDORFF
16/07/2019
DEJAIR ALVES
EMMA ANGELA LABES
FABIO CESAR DA SILVA
JOSE BORBA COELHO
PAULINA BENEVENUTI

TEMPO

Litoral Norte

Sol entre nuvens/algumas nuvens.

Temp. máxima: 19°; **Temp. mínima:** 9°.

Vento: direção de sudoeste/sul pela manhã e sudoeste/leste à tarde com intensidade fraca à suave (vento médio de 4 km/h) com rajadas de até 20 km/h).

Ondas: direção entre leste e sudeste com ondas de até 1,0 m.

MARES

HOJE

HORARIO	M
02:16	1.0
08:21	0.1
14:51	1.1
19:04	0.4



PENHA

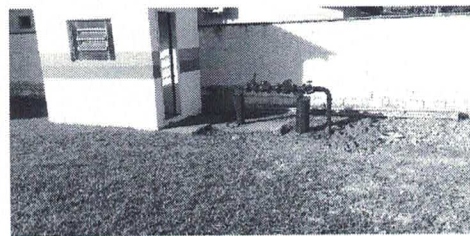
Poço artesiano do Morro do Ouro é reativado

A concessionária Águas de Penha reativou o bombeamento do poço artesiano do Morro do Ouro, que vai beneficiar o abastecimento dos bairros Gravatá e São Miguel. A melhoria faz parte das obras de infraestrutura desenvolvidas pela companhia no município para amenizar os impactos do aumento do consumo de água, principalmente durante a alta temporada de verão.

Também está prevista a reativação de mais um poço, a

perfuração de um terceiro e a construção de um reservatório com capacidade para armazenagem de dois milhões de litros de água. Há 10 dias, o reservatório do bairro Santa Lúcia voltou a ser utilizado depois de um trabalho de higienização e melhorias.

A compra de um terreno para a instalação de um reservatório de dois milhões de litros de água foi concretizada. A concessionária antecipou recursos junto à holding Aegae, controladora da empresa,



Bombeamento de água vai pro Gravatá e São Miguel

a fim de que sejam cumpridos os compromissos firmados com a sociedade civil organizada, prefeitura e agência reguladora, em reunião realizada no início do ano.

MOVIMENTO DOS PORTOS

NAVIOS ATRACADOS (VESSELS BERTHED)							
Berço (Berth)	Navio (Vessel)	Viagem	Comp.(L.O.A.)	Classe (Class)	Atracação (A.T.B.)	Saída (E.T.O.)	Agência (Agent)
BRASKARNE - 01	LOCAR - I		74,80	CARGA GERAL	28/06/2019 16:30		PROAMAR
NAVIOS ESPERADOS (EXPECTED VESSELS)							
Berço (Berth)	Navio (Vessel)	Viagem	Comp.(L.O.A.)	Classe (Class)	Atracação (A.T.B.)	Saída (E.T.O.)	Agência (Agent)
PORTONAVE	CZECH		299,98	FULL CONTAINER	16/07/2019 16:00	16/07/2019 17:30	WILSON SONS AGENCIA
PORTONAVE	KOTA LAZIM	0029W/E	260,70	FULL CONTAINER	16/07/2019 17:00	16/07/2019 18:00	UNIMAR AGENCIAMENTOS
APMT ITAJAI	KOTA LAZIM	0025W/E	260,70	FULL CONTAINER	17/07/2019 07:00	17/07/2019 08:00	UNIMAR AGENCIAMENTOS
APMT ITAJAI	LOG-IN JACARANDA	106S	218,45	FULL CONTAINER	17/07/2019 15:00	17/07/2019 18:00	LOG-IN - LOGISTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – EMASA

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL SUPLENTE E GESTOR CONTRATUAL
PORTARIA Nº 503/2019
09 DE JULHO DE 2019

O DIRETOR GERAL DA EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – EMASA, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere o inciso "I" do art. 15 da Lei nº 2.498, de 31 de outubro de 2015, bem como de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.066, de 21 de junho de 1993, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor efetivo da EMASA, Sr. Felipe Ferreira Brognoli, Matrícula nº 30, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato sob o Termo de nº 21/2019, celebrado entre a Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboiú – EMASA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.854.402/0001-00, e a empresa SK Tecnologia Subaquática – EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.359.589/0001-70, que tem por objeto a execução de obras para implantação de emissário de esgoto no Sistema de Esgotamento Sanitário da EMASA, no município de Balneário Camboiú.

Art. 2º Designar o servidor comissionado da EMASA, Sr. Thiago Beck Brondani, Matrícula nº 1.729, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º Designar a servidora efetiva da EMASA, Sra. Ana Paula Araújo, Matrícula nº 23, para acompanhar os trâmites administrativos do referido contrato, como gestora, no âmbito das atribuições típicas do Departamento de Licitações e Contratos da EMASA.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Douglas Costa Beber Rocha
DIRETOR GERAL – EMASA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – BCPREVI
GABINETE

PORTARIA Nº 26.001/2019

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Balneário Camboiú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com artigo 90, inciso II letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003 e ainda em conformidade com o artigo 2º combinado com o artigo 54, inciso II, letra "a" e artigo 76, inciso I da Lei Municipal 2.421/2004, e nos termos da certidão de Óbito nº 108514 01 55 2019 4 00014 078 0005247 69 e do Processo nº 056/2019, RESOLVE:

1º - Conceder Pensão Por Morte, ao dependente do servidor Alexandre Douglas Paiva da Conceição, falecido em 27 de Maio de 2019, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito.

2º - Autorizar o pagamento dos proventos de pensão, ao dependente legal REJANE CALDEIRA DA CONCEIÇÃO, assim reconhecido por força do disposto no artigo 42, da Lei Municipal nº 2421/2004;

3º - O valor total dos proventos de pensão serão 100% para o dependente;

4º - Este ato retroage a 27 de Maio de 2019.

Balneário Camboiú, 11 de Julho de 2019.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Autorização Ambiental (CONCESSÃO)

PANDINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ nº 02.850.553/0001-06, torna público que foi expedida pelo IMA-Instituto do Meio Ambiente/SC a Autorização Ambiental-AuA nº 4232/2019, válida por 48 meses, para atividade de "recuperação de área degradada - Código: 71.80.00", no local denominado de Pedra de Amolar, Município de Navegantes/SC.

IMA-SC nº REC/11073/CFI

IMA
Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina

Rua Modesto Fernandes Vieira, Centro Com
Universitário 4º andar - Dom Bosco
CEP 88303-396 - Itajaí/SC
Fone: (47) 3398-6050
E-mail: itajai@ima.sc.gov.br
Site: www.ima.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO DA CIDADE

CONSELHO DA CIDADE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

O Conselho da Cidade do Município de Balneário Camboiú, em sessão pública, realizada no dia 11 de julho de 2019, no Auditório da Prefeitura Municipal, deliberou sobre o Projeto de Lei nº 2019009109 de Aprovação de Projeto, requerido por Ticiane Loise Araújo (UNIONCORP CO-MÉRCIO DE BEBIDAS, SUSHI E LAVAGAR), a ser implantado à Rua 1822, lote sob DIC nº 565, Centro, em cumprimento à disposição da Lei Municipal 3.930/2016, por tratar-se de edificação com a utilização de contêineres, Assuntos Gerais.

Balneário Camboiú, 16 de julho de 2019.

Adeltraut Zoschke Schappo
Presidente do CONCELHO-BC

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
EDITAL Nº 05/2019

O Poder Executivo do Município de Balneário Camboiú, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Fabrício José Satiro de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o corpo técnico de secretários, torna público e convida os Senhores Vereadores e a população Balneariense em geral, para a AUDIÊNCIA PÚBLICA, com o objetivo de debater as propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2020.

Esta Audiência Pública realizar-se-á no dia 1º de agosto do corrente ano, no horário das 18h30, no Plenário da Câmara de Vereadores de Balneário Camboiú, sito à Avenida das Flores, nº 675, Bairro dos Estados, nesta cidade.

Balneário Camboiú (SC), 15 de julho de 2019.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

anexos

OFÍCIO Nº 0178/2018

Balneário Camboriú, 05 de Dezembro de 2018.

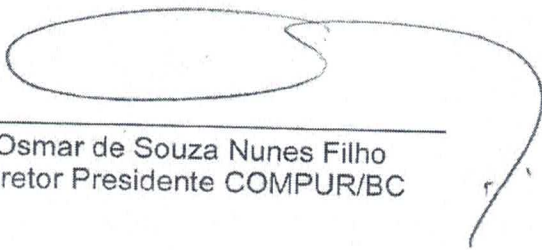
Ilustríssimo Senhor Secretário de Compras
SAMARONI BENEDET
Secretaria de Compras de Balneário Camboriú - SC

Assunto: **PUBLICAÇÃO EDITAL N.º 001/2018. CHAMAMENTO PÚBLICO PARA
PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA O PROJETO MERCADO
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

Cumprimentando-o cordialmente, venho respeitosamente por meio deste, solicitar a publicação do anexo Edital n.º 001/2018, junto ao sítio eletrônico <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>, que disciplina o chamamento público para procedimento de manifestação de interesse para o projeto Mercado Público do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos á disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais, e externamos nossos votos de distinta consideração e apreço.

Atenciosamente,



Osmar de Souza Nunes Filho
Diretor Presidente COMPUR/BC

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE ("PMI")

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018

PROJETO "MERCADO PÚBLICO"

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA O PROJETO MERCADO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC.

Objeto: Apresentação de ESTUDOS de modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia e arquitetura para a urbanização, revitalização, modernização, operação, manutenção, gestão e exploração da Passarela da Barra, Mercado Público da Barra e Deck da Ilha, consoante prazos abaixo.

Data limite sobre pedido de esclarecimentos (AUTORIZAÇÃO): 21/12/2018

Data limite para PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO: 26/12/2018

Pedido de esclarecimentos (APRESENTAÇÃO ESTUDOS): 06/03/2019

Data limite para APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS: 11/03/2019

Endereço da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú:

E-mail: ppp@bc.sc.gov.br

Portal eletrônico: www.bc.sc.gov.br

Horário de funcionamento: 12h às 17h

Endereço: <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>, MENU: Compras – Concorrência Pública. Secretaria de Compras da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, Endereço Rua Dinamarca, 320 - Nações, Balneário Camboriú – SC, das 12:00 às 18:00



SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	4
JUSTIFICATIVA.....	4
1. DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES.....	6
2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO.....	6
3. DO OBJETO.....	6
4. DA PARTICIPAÇÃO NO PMI.....	9
5. DA AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DOS ESTUDOS.....	10
6. DA ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS E AUTORIZAÇÃO.....	12
7. DA APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS.....	14
8. DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS.....	16
9. DO RESSARCIMENTO DOS DISPÊNDIOS COM OS ESTUDOS.....	18
10. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	19
11. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	20
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	22
ANEXO II – DESCRIÇÃO DAS ÁREAS.....	35
ANEXO III – MODELO DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO.....	40
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO.....	42

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, por intermédio do seu **CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ("CGP")**, com fundamento na Lei Federal nº 11.079/2004, na Lei Municipal nº 4.099, de 06 de fevereiro de 2018, no Decreto Municipal nº 9.134, de 08 de outubro de 2018, **torna público o CHAMAMENTO PÚBLICO para a instalação do Procedimento de Manifestação de Interesse ("PMI") nº 01/2018**, para a obtenção de **ESTUDOS** e projetos de modelagem técnica, econômico-financeira, operacional, ambiental e jurídica para a urbanização, revitalização, modernização, operação, manutenção, gestão e exploração da área definida no projeto "MERCADO PÚBLICO".

JUSTIFICATIVA

Considerando o contexto histórico cultural do Bairro da Barra, e a necessidade de revitalização e renovação urbana, bem como a criação e fortalecimento da centralidade do bairro, considerando Balneário Camboriú como uma cidade policêntrica, foi desenvolvido o projeto "MERCADO PÚBLICO".

Concebido de forma a resgatar o patrimônio histórico e cultural do bairro, de maneira a fortalecer a interação da cidade com o Rio Camboriú, preservando a atividade de pesca artesanal, considerado patrimônio cultural imaterial, o complexo "MERCADO PÚBLICO" se desenvolve ao longo da margem direita do rio, visando a integração do mundo contemporâneo da Barra Sul com o Século XIX do Bairro da Barra. Consiste 03 cenários distintos: Mercado Público da Barra, Parque Linear e Deck da Ilha - que se complementam e conectam aos equipamentos existentes - e Passarela da Barra.

Diante disso, considerando a necessidade de se aprimorar o uso público do espaço do Bairro da Barra, de forma adequada aos padrões de proteção ambiental, este PMI culminará na reunião de subsídios para agregar, apurar e consolidar ideias, métodos e sistemas acerca do

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

melhor aproveitamento dos potenciais do local, aliado à conservação de suas características e finalidades; integração social; geração de benefícios diretos e indiretos à comunidade do entorno e população tradicional envolvida.

Balneário Camboriú, 05 de dezembro de 2018.

Presidente do Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas

1. DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

1.1. O acesso ao **EDITAL** e todos os seus **ANEXOS** poderá ser feito pelo seguinte endereço eletrônico: site <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>, MENU: Compras – Concorrência Pública.

1.2. O Município não se responsabilizará pelo **EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como suas planilhas, formulários e demais informações, estudos e projetos disponíveis sobre o **OBJETO** da presente **LICITAÇÃO** obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do especificado neste **EDITAL**.

1.3. Todos os avisos pertinentes ao presente Chamamento Público serão publicados no **D.I.O.E.**, órgão da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, em jornais de grande circulação e regionais, bem como no portal de compras do Município, no endereço eletrônico: www.bc.sc.gov.br. Ressalva-se que todas as publicações posteriores, relativas ao presente certame, serão feitas somente no site da prefeitura

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

2.1. Os pedidos de esclarecimentos e dúvidas relacionados com o **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO** poderão ser encaminhados para o e-mail ppp@bc.sc.gov.br, até 3 (três) dias úteis antes do prazo final para apresentação do **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO**.

2.2. Os pedidos de esclarecimentos e dúvidas relacionados com os **ESTUDOS** poderão ser encaminhados para o e-mail ppp@bc.sc.gov.br, até 5 (cinco) dias úteis antes do prazo final para apresentação dos **ESTUDOS**.

2.3. O pedido de esclarecimentos não implicará na renovação do prazo para apresentação dos **ESTUDOS** objeto do **PMI**.

3. DO OBJETO

3.1. Este Chamamento Público tem por objeto a apresentação de **ESTUDOS** de modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia e arquitetura para a urbanização, revitalização, modernização, operação, manutenção, gestão e exploração das



áreas abaixo, devidamente especificadas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e no ANEXO II – DESCRITIVO DAS ÁREAS:

3.1.1. Cenário 1: Mercado Público e Passarela da Barra;

3.1.2. Cenário 2: Mercado Público, Deck da Ilha e Passarela da Barra;

3.1.3. Cenário 3: Mercado Público e Deck da Ilha;

3.1.4. Cenário 4: Mercado Público.

3.2. Os ESTUDOS, levantamentos, investigações, pesquisas e informações técnicas, econômicas, financeiras, ambientais e jurídicas, devem contemplar no mínimo os seguintes produtos:

3.2.1. Caderno A: Estudos de Viabilidade Técnico-Operacional-Ambiental

3.2.2. Caderno B: Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira

3.2.3. Caderno C: Estudos Jurídico-Regulatórios.

3.3. Os ESTUDOS deverão ser elaborados conforme as diretrizes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

3.4. É possível apresentar ESTUDOS para todos os cenários ou apenas para um ou alguns deles.

3.5. Os ESTUDOS podem resultar na formação de um ou mais contratos de concessão comum ou de parceria público-privada.

3.6. Os ESTUDOS deverão apresentar soluções financeiramente viáveis e que resguarдем a maximização do interesse público, podendo servir à modelagem de concessões comuns, parcerias público-privadas, parcerias com organizações da sociedade civil, entre outras juridicamente válidas.

3.7. Será dada prioridade à estruturação de contratos e parcerias que não impliquem

desembolso pela Administração Pública Municipal.

3.8. É vedada a apresentação de ESTUDOS que considerem:

3.8.1. A cobrança de tarifas ou taxas de admissão em qualquer das áreas, inclusive na entrada do eventual Complexo de atrativos;

3.8.2. Outras formas de limitação à admissão nas áreas, com exceção do uso oneroso dos seus equipamentos;

3.8.3. Concessão de incentivos fiscais e tributários não previstos na legislação; ou

3.8.4. Previsão de alteração legislativa, exceto se a alteração for indispensável para a viabilização do empreendimento, o que deve estar devidamente justificado no Caderno de Estudos Jurídicos-Regulatórios, bem como devem ser apresentadas as minutas de lei respectivas.

3.9. Os ESTUDOS deverão demonstrar:

3.9.1. A sustentabilidade econômica do projeto, com a apresentação das formas de remuneração do concessionário ou parceiro, das receitas acessórias e seu devido compartilhamento com o Município, das metas e resultados a serem atingidos (com a indicação dos critérios de avaliação de desempenho), prazos de vigência e execução, bem como de amortização dos investimentos;

3.9.2. A sustentabilidade socioambiental do projeto, com a análise de impacto e medidas para integração da comunidade local com o projeto, em especial com a colônia de pescadores, bem como a preservação e valorização cultural do Bairro da Barra;

3.9.3. A correlação entre o prazo para *payback* e o prazo de vigência do contrato *indicada*;

3.9.4. A estrutura de garantias privadas e garantias públicas, quando for o caso;



3.9.5. A matriz de riscos com as respectivas medidas mitigatórias;

3.9.6. Value for Money: a vantajosidade econômica e operacional da modelagem proposta para o Município e a melhoria da eficiência no emprego dos recursos públicos, comparativamente com outras possibilidades de execução direta e indireta, privilegiando-se a desoneração dos cofres públicos; e

3.9.7. A indicação das razões que justificam a opção pela modelagem jurídica proposta, considerando a natureza, relevância e valor do seu objeto.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PMI

4.1. Poderão participar deste PMI pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, individualmente ou em conjunto, nacionais ou estrangeiras, que observem as condições previstas neste EDITAL.

4.2. A participação de empresas em grupo dispensa a necessidade de vínculo formal entre os participantes, para este PMI.

4.2.1. No caso de participação de pessoas jurídicas em grupo, deverá ser indicada a empresa líder que representará, para todos os fins, as demais perante o Poder Público.

4.2.2. A participação no PMI implica a anuência com os termos e condições deste EDITAL.

4.2.3. É vedada a participação em mais de um ESTUDO com idêntico objeto de um mesmo Proponente ou de sociedades que sejam controladoras ou controladas, coligadas e subsidiárias entre si, isoladamente ou em consórcio.

4.3. É vedada a participação de PROPONENTES, incluindo as sociedades que sejam controladoras ou controladas, coligadas e subsidiárias entre si:

4.3.1. que estejam sob processo de falência ou concordata ou concurso de credores, em dissolução ou liquidação;

4.3.2. que estejam suspensas de licitar e/ou contratar com a Prefeitura Municipal de BALNEÁRIO CAMBORIÚ ou com a COMPUR;

4.3.3. que estejam impedidas de licitar e/ou contratar com qualquer órgão ou entidade do MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ;

4.3.4. que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera federativa; ou

4.3.5. agentes políticos, agentes públicos, empregados públicos, servidores públicos efetivos, comissionados ou colaboradores do MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

4.3.6. Os interessados em participar do PMI deverão indicar um representante, que será responsável pela veracidade das declarações que o proponente realizar.

5. DA AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DOS ESTUDOS

5.1. Os interessados deverão entregar PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO em até 20 (vinte) dias corridos, a contar da publicação deste Edital, dirigido ao CGP, no seguinte endereço: Protocolo Físico da Secretaria de Compras da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, Endereço Rua Dinamarca, 320 - Nações, Balneário Camboriú – SC, das 12:00 às 18:00.

5.2. O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

5.2.1. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO para realização dos estudos de viabilidade objeto deste instrumento, dirigido ao CGP;

5.2.2. Qualificação completa da PROPONENTE, especialmente nome, identificação (cargo, profissão ou ramo de atividade), endereço físico e eletrônico, números de telefone, inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, a fim de permitir o posterior envio de eventuais notificações;

5.2.3. Declaração de experiência da PROPONENTE na realização dos estudos, projetos, levantamentos ou investigações objeto do PMI;

5.2.4. Comprovação de que o signatário do pedido está legalmente autorizado a agir em nome do representante;

5.2.5. Nome completo do profissional responsável pela coordenação dos estudos, cargo, profissão ou ramo de atividade, endereço físico e eletrônico;

5.2.6. Indicação do valor de ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para a sua definição, observado o disposto no subitem 9.5 deste EDITAL;

5.2.7. Plano de Trabalho, contendo o detalhamento das atividades que pretende realizar, considerando o escopo do PROJETO (representado por mapas, croquis, gráficos etc.);

5.2.8. Termo de Cessão de Propriedade e Direitos Autorais, conforme modelo do ANEXO IV;

5.2.9. Equipe técnica: composição prevista para a equipe técnica que realizará os estudos, contendo:

5.2.9.a. Estrutura e composição de sua equipe, identificando as disciplinas principais do trabalho, as responsabilidades e atribuições, pessoal técnico e de apoio proposto, da equipe por atividade ou etapa de estudo

5.2.9.b. Comprovação de que os profissionais relacionados para elaboração dos estudos sejam qualificados para a realização de projetos, levantamentos, investigações, especificamente de experiência na elaboração de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira ou jurídico-institucional, no Brasil e/ou no exterior para implantação de empreendimentos privados com características similares e/ou concessões e/ou parcerias público privadas.

5.2.9.b.1. A qualificação mencionada acima deverá ser comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos: (i) currículos de membros da equipe responsável pelo desenvolvimento dos estudos; e



(ii) declaração de pessoa jurídica de direito público ou privado que ateste(m) a contratação do respectivo membro da equipe para a elaboração de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira ou jurídico-institucional, no Brasil e/ou no exterior.

5.3. A mesma pessoa física ou jurídica não poderá apresentar mais de um PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO, ainda que em conjunto com outros interessados. A mesma vedação se estende às sociedades que mantenham relação de controle entre si ou que tenham o mesmo controlador.

5.4. Os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas somente serão admitidos mediante confirmação de autenticidade pela Representação Diplomática ou Consular do Brasil no país de origem do documento e desde que devidamente traduzidos para o português por tradutor público juramentado, matriculado em qualquer uma das juntas Comerciais do Brasil.

5.5. Os proponentes estrangeiros deverão ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5.6. Será admitida a contratação de terceiros pela PROPONENTE para a execução dos ESTUDOS, sem prejuízo das responsabilidades previstas neste Edital de Chamamento e desde que mediante a comprovação da qualificação técnica, conforme item 5.2.9 deste Edital.

5.7. O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO com a documentação deverá ser entregue em envelope lacrado do qual deverá constar na parte externa a referência ao “EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018”, Protocolo Físico da Secretaria de Compras da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, Endereço Rua Dinamarca, 320 - Nações, Balneário Camboriú – SC, das 12:00 às 18:00.

6. DA ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS E AUTORIZAÇÃO

6.1. Caberá ao Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas – CGP verificar a(s) PROPONENTE(S) apta(s) a receber(em) a AUTORIZAÇÃO para a elaboração dos estudos.

6.2. Será(ão) considerado(s) apta(s) somente a(s) PROPONENTE(S) que apresentar(em) os documentos e cumprirem com os requisitos estabelecidos neste EDITAL.

6.3. Será considerado inadequado o PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO que não atender aos requisitos dispostos neste EDITAL ou que apresentarem documentação incompleta ou fora do prazo, sendo, por consequência, rejeitado.

6.4. A(s) PROPONENTE(S) autorizada(s) a iniciar os estudos receberá(ão) TERMO DE AUTORIZAÇÃO, a ser publicado no Diário Oficial e no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú/SC (indicar o link).

6.5. A AUTORIZAÇÃO para apresentação dos ESTUDOS é pessoal e intransferível e será conferida sem exclusividade.

6.6. A AUTORIZAÇÃO não gera direito de preferência no processo licitatório do empreendimento e não obriga a administração pública a realizar a licitação.

6.7. A AUTORIZAÇÃO não implica, por si só, no direito a ressarcimento dos valores despendidos na elaboração dos projetos, levantamentos, investigações e estudos, nem tampouco gera responsabilidade da administração pública perante terceiros por atos praticados por pessoa autorizada.

6.8. A AUTORIZAÇÃO poderá ser:

6.8.1. cassada, em caso de descumprimento de seus termos, incluída as hipóteses de descon sideração de qualquer dos prazos e de não observação da legislação aplicável;

6.8.2. revogada, em caso de: (i). perda de interesse da administração pública nos empreendimentos; ou (ii) desistência por parte da pessoa autorizada, manifesta, a qualquer tempo, por meio de comunicação escrita à unidade solicitante.

6.8.3. anulada, em caso de vício ou por outros motivos previstos na legislação; ou

6.8.4. tornada sem efeito, em caso de superveniência de dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos projetos, levantamentos, investigações e



estudos.

6.9. A(s) PROPONENTE(S) autorizada(s) será(ão) notificada(s) caso sua(s) autorização(ões) seja(m) cassada(s), revogada(s), anulada(s) ou tornada(s) sem efeito.

6.10. Na hipótese de descumprimento dos termos da Autorização, caso não haja regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério da administração pública e contado da data da notificação, a pessoa autorizada terá sua autorização cassada.

6.11. A autorização cassada, revogada, anulada ou tornada sem efeito não gera direito de ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

6.12. A participação dos interessados no PMI implicará a cessão ao MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ dos direitos autorais sobre informações, levantamentos, estudos, projetos e demais documentos apresentados.

7. DA APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS

7.1. Aqueles que forem autorizados terão o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da publicação da AUTORIZAÇÃO no DIOE, para a entrega dos ESTUDOS no Protocolo Físico da Secretaria de Compras da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, Endereço Rua Dinamarca, 320 - Nações, Balneário Camboriú – SC, das 12:00 às 18:00.

7.2. Os ESTUDOS deverão ser entregues em 01 (uma) via impressa e em meio digital (cd ou dvd ou pendrive), sendo que a mídia digital deverá conter uma pasta com todos os estudos em pdf e a outra em formato editável dos conteúdos (xls .doc .pdf .jpg), com os arquivos devidamente identificados e formatados e com as devidas fórmulas e vínculos entre as planilhas que fundamentam os referidos ESTUDOS.

7.2.1. O material deve apresentar conteúdo e linguagem compatíveis com sua destinação, em língua portuguesa, devidamente digitado e formatado, contendo a relação de obras consultadas (referências bibliográficas) de acordo com as recomendações normativas da ABNT.

7.2.2. Quadros e tabelas deverão conter a fonte dos dados apresentados. No caso de tabelas e planilhas numéricas, essas deverão também ser sempre apresentadas em formato Excel ou programa similar de planilhas eletrônicas, com a memória de cálculo devidamente registrada.

7.2.3. Mapas e plantas deverão ser devidamente georreferenciados e apresentados em formato editável: dgn, .dwg, .shapefile, .kml, ou similar.

7.2.4. Em todas as páginas dos documentos impressos deverá constar a rubrica do responsável pelo produto.

7.2.5. Caso haja divergência entre as versões impressas e digitais, será considerada a versão impressa.

7.3. A PROPONENTE e todos os demais PROPONENTES que integrarem o grupo ou consórcio deverão comprovar sua habilitação por meio dos seguintes documentos:

7.3.1. Para sociedade empresária, associação ou fundação, empresário individual ou empresa individual de responsabilidade limitada:

7.3.1.a. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

7.3.1.b. Contrato social ou estatuto social consolidado, com a última alteração;

7.3.1.c. Inscrição municipal no Cadastro de Contribuintes Mobiliários e inscrição estadual referente à Declaração Cadastral, se for o caso;

7.3.1.d. Certidão negativa conjunta de débitos relativos a tributos federais, à dívida ativa da União e contribuições previdenciárias, expedida pela Receita Federal do Brasil, e Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e

7.3.1.e. Declaração de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos de idade em qualquer atividade, salvo



na condição de aprendiz a partir de 14 (catorze) anos, conforme modelo disponibilizado no Anexo IV deste Edital.

7.3.2. Para pessoa física:

7.3.2.a. Cédula de identidade;

7.3.2.b. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;

7.3.2.c. Inscrição municipal no Cadastro de Contribuintes Mobiliários e inscrição estadual referente à Declaração Cadastral, se for o caso; e

7.3.2.d. Certidão negativa conjunta de débitos relativos a tributos federais, à dívida ativa da União e contribuições previdenciárias, expedida pela Receita Federal do Brasil, e Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, se for o caso.

7.4. Caso os documentos apresentados pelo Proponente não sejam subscritos por administradores nomeados nos seus próprios atos constitutivos ou pelo próprio Proponente, deverão ser apresentados também instrumentos de mandato outorgando poderes específicos aos subscritores daqueles documentos, além de cédula de identidade e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas dos mandatários.

7.5. Os Proponentes poderão apresentar certidão positiva com efeitos de negativa.

7.6. Os ESTUDOS apresentados deverão conter todas as informações e obedecer às diretrizes constantes do ANEXO – I TERMO DE REFERÊNCIA e no ANEXO II – DESCRITIVO DAS ÁREAS. Caso os ESTUDOS apresentados necessitem de retificações, o CGP poderá determinar novo prazo para a sua reapresentação.

8. DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS

8.1. Será constituída uma COMISSÃO DE AVALIAÇÃO pelo CGP para a avaliação e seleção dos estudos, devidamente indicada em Resolução publicada no Diário Oficial e no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú/SC, formada pelo (membro

do CGP), que será o Presidente da Comissão, mais 02 (dois) membros indicados e nomeados pelo CGP, que detenham capacidade técnica para avaliar os ESTUDOS.

8.1.1. A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO deverá ser composta por técnicos especializados, estando autorizada a celebração de termo de parceria ou de contrato com profissionais da iniciativa privada, para auxiliá-la na avaliação dos estudos apresentados.

8.2. Serão observados os seguintes critérios para a avaliação e seleção dos Estudos:

8.2.1. Aderência ao EDITAL e ao TERMO DE REFERÊNCIA, com a observância das diretrizes apresentadas neste EDITAL e seus ANEXOS;

8.2.2. Qualidade técnica do diagnóstico e ESTUDOS prévios;

8.2.3. Consistência das informações que subsidiaram o ESTUDO realizado;

8.2.4. Soluções técnicas de engenharia e tecnologia;

8.2.5. Sumário Executivo que contenha o cronograma, o objeto e a metodologia dos Estudos, a previsão de dispêndio com os estudos e o valor de ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros para sua utilização;

8.2.6. Solução técnica e plano de revitalização, operação e manutenção;

8.2.7. Adoção das técnicas de elaboração, de normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela tecnologia aplicada ao setor, observados os critérios de razoabilidade e economicidade;

8.2.8. Valor do investimento total previsto;

8.2.9. Custos de manutenção e operação;

8.2.10. Resultado econômico – Valor Presente Líquido (VPL);

8.2.11. Rentabilidade do Projeto – Taxa Interna de Retorno (TIR);



8.2.12. Período de recuperação do investimento – *payback*;

8.2.13. Compatibilidade com a legislação aplicável;

8.2.14. Prazo máximo para o início da operação das áreas;

8.2.15. Impacto na Receita Corrente Líquida, se for o caso;

8.2.16. *Value for Money*;

8.2.17. Desembolso pelo Município para a viabilização do projeto;

8.2.18. Pagamento ao Município pela outorga da concessão.

8.3. O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, por intermédio do CGP, conjuntamente com a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, consolidará as informações obtidas no PMI, podendo combiná-las entre si ou com demais informações técnicas eventualmente disponíveis, sem prejuízo daquelas obtidas junto a consultores externos contratados, para instruir a preparação de eventuais procedimentos licitatórios.

9. DO RESSARCIMENTO DOS DISPÊNDIOS COM OS ESTUDOS

9.1. Os ônus e demais custos financeiros incorridos por quaisquer das PROPONENTES relativos à elaboração dos ESTUDOS serão de sua inteira e exclusiva responsabilidade, não gerando direito a ressarcimento ou a qualquer indenização.

9.2. Concluída a seleção dos ESTUDOS, os que tiverem sido utilizados, no todo ou em parte, para integrar o instrumento convocatório de eventual licitação terão os valores apresentados ao CGP, para eventual ressarcimento pelo vencedor da licitação, conforme previsto no artigo 21 da Lei nº 8.987/95 e no artigo 19, inciso VI, da Lei municipal nº 4.099/2018.

9.3. O valor máximo nominal de ressarcimento dos ESTUDOS escolhidos não poderá ultrapassar o montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), com data base de dezembro de 2018, sendo que deve ser indicada pelo PROPONENTE a relevância de cada caderno,

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

conforme tabela abaixo:

ESTUDO	PERCENTUAL
Estudos de Viabilidade Técnico-Operacional-Ambiental	50%
Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira	35%
Estudos Jurídico-Regulatórios	15%

9.4. Quando da seleção do ESTUDO, serão avaliados o grau de aproveitamento e os respectivos percentuais de ressarcimento.

9.5. Caso se conclua pela não conformidade dos ESTUDOS apresentados com aqueles originalmente propostos ou autorizados, deverá ser arbitrado o montante nominal para eventual ressarcimento com a devida fundamentação.

9.6. O valor arbitrado pelo CGP, após a análise a que se refere o subitem 9.4 acima, poderá ser rejeitado pela PROPONENTE, hipótese em que não serão utilizadas as informações contidas nos documentos selecionados, os quais poderão ser destruídos se não retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de rejeição.

9.6.1. Na hipótese do subitem 9.6 acima, fica facultada a seleção de outros ESTUDOS entre os apresentados.

9.6.2. Por ocasião do efetivo ressarcimento, o valor será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a contar da data da publicação do TERMO DE AUTORIZAÇÃO.

9.7. Em nenhuma hipótese será devida qualquer quantia pecuniária pelo MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ em razão da realização dos ESTUDOS.

10. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

10.1. Os direitos decorrentes da autoria e da propriedade intelectual sobre os ESTUDOS, informações, levantamentos, projetos e demais dados e documentos apresentados neste EDITAL serão cedidos ao Município de Balneário Camboriú sem ônus, podendo ser utilizados incondicionalmente para a formulação de editais, contratos ou de outros chamamentos públicos com o mesmo objeto, desde que na forma de concessão comum, parceria (Lei nº 13.019/14) ou parceria público-privada.

10.2. Aos autores e responsáveis pelos Estudos não será atribuída remuneração ou indenização pelos direitos decorrentes da autoria e da propriedade intelectual de obras ou invenções, ressalvado o ressarcimento à Proponente, conforme item 7 deste EDITAL.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente EDITAL poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte e a qualquer tempo, por motivo de interesse público ou legal, mediante decisão unilateral e fundamentada, sem que este fato implique direito a indenizações ou reclamações de qualquer natureza.

11.2. A realização do presente PMI não implica a necessária abertura de processo licitatório para a contratação de concessão comum ou parceria público-privada.

11.3. O eventual processo licitatório não ficará condicionado à utilização dos ESTUDOS e demais informações obtidas por meio deste PMI.

11.4. Os interessados que apresentarem os ESTUDOS, no âmbito deste PMI, poderão participar do futuro processo licitatório, nos termos do art. 31 da Lei nº 9.074/95.

11.5. Não serão concedidas quaisquer vantagens ou privilégios ao(s) participante(s) deste PMI em futuro processo licitatório referente ao objeto identificado neste Instrumento.

11.6. Os autores dos Estudos poderão ser convidados para apresentarem o trabalho entregue, em audiência pública. A apresentação consistirá em breve explicação dos principais pontos do Estudo Elaborado.

11.7. A participação neste PMI pressupõe conhecimento e concordância integral com todos os termos deste EDITAL, incluindo seus anexos.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

11.8. O presente EDITAL será disponibilizado no site www.bc.sc.gov.br e poderá ser requerido por meio do e-mail ppp@bc.sc.gov.br, após publicação do seu extrato na imprensa oficial.

Balneário Camboriú, 05 de dezembro de 2018.

Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas – CGP

Presidente



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência apresenta o contexto do Projeto “MERCADO PÚBLICO”, objeto do presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018, bem como as diretrizes para a elaboração dos ESTUDOS no âmbito do procedimento de manifestação de interesse.

O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO e os ESTUDOS devem estar acompanhados dos documentos exigidos no EDITAL e devem permitir que Administração Pública Municipal disponha de todas as informações necessárias para proceder à análise formal e substantiva dos seus conteúdos, nos termos do Edital e deste Termo de Referência.

Os Estudos devem atender às diretrizes previstas neste Termo de Referência, compreendendo os elementos mínimos relacionados à modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia e arquitetura a seguir descritos.

Os requisitos para análise de Propostas e para avaliação e seleção dos Estudos especificados no Edital devem ser interpretados em conjunto com as diretrizes constantes deste Termo de Referência.

CONTEXTO

A Cidade

Localizada no Litoral Norte de Santa Catarina, Balneário Camboriú é um dos principais destinos turísticos do sul do Brasil e do Mercosul. Além das praias e atrativos turísticos, a cidade possui comércio forte todos os dias do ano. Ao longo da alta temporada, a cidade é visitada por mais de um milhão de pessoas. O espaço mais badalado da cidade é a orla da Praia Central, com seus cerca de sete quilômetros de extensão. Por toda a Avenida Atlântica, há bares e restaurantes com gastronomia variada e música ao vivo.

Famosa também pela verticalização de seus imóveis, Balneário Camboriú concentra alguns dos prédios mais altos do Brasil. Mas as edificações são apenas parte das atrações da cidade, que se destaca também pelas paisagens naturais e pelo contraste entre a imponência dos arranha-céus e a singeleza das comunidades de pescadores.



O processo de desenvolvimento local teve início no fim da década de 1920, quando surgiram as primeiras casas de veraneio, pertencentes a moradores de Blumenau. Mas a atividade turística foi impulsionada na década de 1960 e Balneário Camboriú passou a ser município em 1964. Desde então, a atividade turística é incrementada constantemente, sendo Balneário Camboriú denominada: Capital Catarinense do Turismo. Prova disso, é o fato de o município ter entrado na rota de cruzeiros, e em sua primeira temporada, a cidade recebeu mais de 81 mil turistas. Além do turismo de lazer, Balneário Camboriú também se sobressai no turismo de negócios e eventos. Em breve, essas duas áreas serão impulsionadas, com a conclusão do Centro de Eventos. O local, de 33 mil metros quadrados, terá pavilhões de exposições, salas de convenções, espaço para lojas, praças de alimentação e serviços, além de mais de mil vagas de estacionamento.

Além das 10 praias, a cidade conta com outros atrativos turísticos como o Pontal Norte, Molhe da Barra Sul, Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta, Cristo Luz, Morro do Careca e Parque Unipraias, além de dois shoppings, amplo comércio, restaurantes e casas noturnas.

MERCADO PÚBLICO

O Bairro da Barra é considerado o mais tradicional de Balneário Camboriú por ter sido o berço histórico da cidade, e onde está localizada a Capela de Santo Amaro, com data de início de obra de 1849, tombada como Patrimônio Histórico Municipal e Estadual em 1998. Em 2016, foi inaugurada a Passarela da Barra, mudando a vida dos moradores e impulsionando o turismo da região. Com 189,6 metros de comprimento por 11 de largura em vão livre e altura equivalente a um prédio de nove andares, a estrutura foi batizada em homenagem ao primeiro balseiro do rio. Manoel Fermino da Rocha, mais conhecido como Maneca da Passagem, que realizou o transporte dos moradores durante 35 anos, de 1950 a 1985. O Bairro da Barra reúne diversas manifestações culturais típicas de Balneário Camboriú, já que lá vivem os descendentes dos primeiros moradores nativos.

O complexo *MERCADO PÚBLICO* foi concebido com a intenção de fortalecimento da centralidade do bairro, mantendo as características históricas e culturais e agregando atividades turísticas e gastronômicas na região;

Conveniência e oportunidade do projeto



A carência de recursos, e a concorrência com os recursos destinados à saúde, educação e outros serviços públicos essenciais, prejudica o investimento em renovações urbanas, compelindo a Administração Pública Municipal a buscar novos arranjos e parcerias para que investimentos necessários sejam viabilizados, propiciando-se assim uma melhor experiência aos usuários dos parques municipais, em parceria com agentes privados, sendo este o contexto do presente Chamamento Público.

3. OBJETO DO PMI

É objeto do EDITAL a apresentação de estudos de modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia e arquitetura para a revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão das áreas elencadas no item 1.1. do EDITAL. A descrição das características de cada uma das áreas consta do ANEXO II – DESCRIÇÃO DAS ÁREAS.

4. CONTEÚDO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Os ESTUDOS deverão ser apresentadas em formato eletrônico e impresso, endereçadas à COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, contendo os documentos indicados no item 5. do EDITAL, observadas as diretrizes previstas neste tópico.

Formulário de Qualificação

O Formulário de Qualificação do proponente deverá observar o modelo disponibilizado no ANEXO III- MODELO DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO, conforme item 3.5. do EDITAL.

Documentos de qualificação do proponente

Os documentos de qualificação do proponente deverão observar as normas previstas no item 3.5. do EDITAL.

Plano de trabalho

O plano de trabalho deve (i) conter o objeto, o cronograma e a metodologia, a previsão de dispêndio e o valor de ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros para sua utilização; e (ii) indicar as ações necessárias para o planejamento e a realização dos estudos e a definição preliminar das premissas para a modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia e arquitetura do projeto.

Objeto

O Proponente deverá indicar como objeto dos ESTUDOS uma, algumas ou todas as áreas dentre as enumeradas no EDITAL, devendo ser priorizada a autossuficiência econômica do projeto. O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO deverá compreender todas as áreas que serão objeto do ESTUDO.

Cronograma

O cronograma deverá contemplar as fases de planejamento e a realização dos estudos, respeitado o prazo fixado no item 5.1. do EDITAL, sem considerar eventuais prorrogações. Caso prefira, o Proponente poderá apresentar mais de um cronograma ou um cronograma para cada gênero de modelagem solicitada.

Metodologia

A metodologia deverá compreender os métodos a serem empregados para a obtenção de informações, definição do escopo dos projetos, concepção, elaboração e execução dos ESTUDOS. O Proponente deverá indicar a forma e os meios para a condução dos ESTUDOS. Previsão de dispêndio e valor de ressarcimento pretendido.

A previsão de dispêndio com os estudos deverá indicar todos os desembolsos necessários à concepção, elaboração e execução dos Estudos.

O valor de ressarcimento pretendido deverá refletir os custos efetivamente incorridos na concepção, elaboração e execução dos Estudos, e que possam ser comprovados pelo Proponente, observado o limite máximo global previsto no item 7.3. do Edital.

O ressarcimento apenas será devido se os ESTUDOS forem efetivamente aproveitados pela Administração Pública Municipal para estruturação de projetos.

Premissas para a modelagem

As premissas para a modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia e arquitetura do projeto, constantes do plano de trabalho, poderão conter as premissas e diretrizes para a realização dos levantamentos, estudos, projetos, plantas, cálculos, contratação de consultorias diversas, tendo em vista a plena observância das diretrizes técnicas para apresentação dos estudos.

Demais documentos

Em complemento ao plano de trabalho, é facultada aos Proponentes a apresentação de diagnósticos e estudos prévios, bem como de documentos que justifiquem as diretrizes e premissas das Propostas.

Diretrizes técnicas para a realização dos ESTUDOS

Uma vez autorizados a realizar ESTUDOS, os PROPONENTES deverão iniciá-los, em atendimento a este EDITAL e à legislação aplicável, bem como aos cronogramas e às premissas do plano de trabalho apresentado, observando eventuais condicionamentos e sugestões de alteração de escopo feitas pela COMISSÃO AVALIAÇÃO.

Diretrizes Gerais para a realização dos Estudos

Os ESTUDOS deverão contemplar projeto que compreenda a revitalização, a modernização, a operação, a manutenção e a gestão das áreas indicadas no plano de trabalho do PROPONENTE.

No caso de a estruturação do Projeto compreender mais de uma área, os ESTUDOS deverão indicar de forma individualizada as informações e levantamentos relativos a cada área, podendo, além disso, a sustentabilidade do empreendimento ser avaliada por conjunto ou lote de áreas.

Os ESTUDOS devem se pautar pela premissa de que as áreas municipais são locais de preservação natural, de interesse cultural e esportivo, bem como de lazer, turismo e recreação, em que toda atividade deve ser de interesse de seus usuários, observadas as seguintes diretrizes:

- a) Preservar a finalidade original da praça e seu patrimônio natural, histórico-cultural e artístico, respeitadas as eventuais limitações de tombamentos incidentes, bem como as normas aplicáveis;
- b) Garantir que o acesso às áreas seja livre para toda a população;
- c) Tornar a região do Projeto "MERCADO PÚBLICO" mais atraente para o público em geral e para eventuais parceiros;
- d) Buscar, sempre que possível, a desoneração da Administração Pública Municipal, por meio da exploração de fontes de receitas alternativas e da atração investimentos



privados, tendo em vista a garantia da sustentabilidade financeira dos projetos no longo prazo;

- e) Valorizar o sítio histórico e cultural do bairro da Barra
- f) Resgatar e valorizar o patrimônio histórico tangível e intangível do Bairro da Barra.
- g) Reconhecer as paisagens significativas e suas relações com o tecido urbano.
- h) Dar notoriedade aos aspectos culturais tradicionais, humanos e econômicos locais.
- i) Prever que a administração de cada área atenda aos anseios dos usuários e busque, de forma permanente, o diálogo com os usuários, com os moradores do entorno e com a sociedade;
- j) Fomentar o uso de áreas e edificações subutilizadas, buscando o pleno uso dos equipamentos destinados de lazer, esporte, contemplação, cultura, bem-estar e outras áreas de interesse, bem ampliando e aprimorando a qualidade dos serviços oferecidos;
- k) Fomentar a integração com os concessionários, permissionários e/ou parceiros, se for o caso;
- l) Apontar eventuais condições de atrair investimentos proporcionais aos custos financeiros da parceria ou projeto;
- m) Promover a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e
- n) Atentar para as normas aplicáveis no que tange à proteção à paisagem urbana e, especialmente para os eventos, à produção audiovisual.

Os Estudos devem apresentar, tanto quanto possível, soluções financeiramente viáveis e que resguardecam a maximização do interesse público, podendo ser modelados como concessões, parcerias público-privadas, parcerias com organizações da sociedade civil, entre outras alternativas juridicamente válidas. Em todos os casos, devem ser demonstrados:

- a) A viabilidade econômica do projeto, com a exposição das metas e resultados a serem atingidos, prazos de execução e de amortização do capital investido, previsão de receitas acessórias, bem como a indicação dos critérios de avaliação ou desempenho a serem utilizados;

- b) A vantajosidade econômica e operacional da proposta para a Administração Municipal e a melhoria da eficiência no emprego dos recursos públicos, relativamente a outras possibilidades de execução direta e indireta, privilegiando-se, tanto quanto possível, a desoneração dos cofres públicos;
- c) A conveniência e oportunidade da contratação do projeto, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela modelagem jurídica proposta, considerando a natureza, relevância e valor de seu objeto; e
- d) A indicação estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que vigorará o contrato ou parceria com organização da sociedade civil resultante, se houver.

Para a análise de fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, o PROPONENTE poderá considerar a realização de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento, a exploração de estacionamento, lanchonetes, restaurantes, pontos fixos ou móveis de venda de comida e bebida, lojas, serviços de aluguel de bicicletas e demais equipamentos esportivos e de lazer, serviços de foto comercial, ações de marketing, comercialização de direitos de nome (*naming rights*), exploração publicitária, telecomunicações e de serviços, entre outros.

Para a análise da exploração de eventuais atividades, o PROPONENTE deverá considerar as limitações físicas e de público de cada área, bem como respeitar o patrimônio histórico-cultural, a paisagem urbana, a fauna e a flora, a segurança e o conforto dos usuários, atentando-se para o impacto gerado em relação aos níveis admissíveis de emissão sonora, de iluminação e de aumento no tráfego de veículos nas áreas e no entorno.

Para a eventual propositura de novos espaços, equipamentos, áreas ou instalações, ou reforma ou readequação dos espaços, equipamentos, áreas ou instalações atualmente existentes nos parques municipais, o PROPONENTE deverá respeitar as diretrizes do parágrafo anterior, bem como a legislação vigente, em especial quando previsto no Plano Diretor Estratégico do Município de Balneário Camboriú (Lei Municipal nº 2686/2006) e na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal nº 2794/2008).

Para a eventual previsão de exploração de direitos de nome (*naming rights*), o nome original da área deverá compor o novo nome proposto, devendo ser igualmente preservado o nome de

qualquer equipamento dentro de seu perímetro.

Vedações

É vedada a apresentação de ESTUDOS que considerem:

- a) A cobrança de tarifas ou taxas de admissão na área ou no complexo;
- b) Outras formas de limitação à admissão nas áreas ou complexo, com exceção do uso oneroso dos seus equipamentos;
- c) Concessão de incentivos fiscais e tributários não previstos na legislação; e
- d) Previsão de alteração legislativa, exceto se a alteração for indispensável para a viabilização do empreendimento, o que deve estar devidamente justificado no Caderno de Estudos Jurídicos-Regulatórios, bem como devem ser apresentadas as minutas de lei respectivas.

5.3. Conteúdo dos Estudos

Os estudos devem contemplar a modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia e arquitetura do Projeto, conforme as diretrizes a seguir descritas.

5.3.1 Modelagem operacional

A modelagem operacional deverá apresentar a forma e o dimensionamento da administração do parque e de seus serviços relacionados, podendo, eventualmente, detalhar formas de exploração comercial.

Os Estudos deverão apresentar o plano de operação e manutenção dos ativos e a política de gestão de pessoal, com o detalhamento de custos e despesas. A estrutura física e de pessoal necessária para a adequada administração dos serviços deverá ser descrita e justificada.

Como resultado da modelagem operacional, também deverão ser detalhados, para todo o prazo contratual, dentre outros aspectos:

- a) plano de exploração comercial dos empreendimentos;
- b) estimativa detalhada dos custos administrativos (incluindo água, energia e telecomunicações), operacionais e outras despesas; e
- c) proposta de sistema de mensuração de desempenho, com indicadores que permitam estabelecer e avaliar o nível de serviço, contendo ainda a definição dos parâmetros a serem



verificados, metas, metodologia de verificação e as consequências associadas ao seu descumprimento, se for o caso.

5.3.2. Modelagem econômico-financeira

A modelagem econômico-financeira deverá contemplar estudo da viabilidade e sustentabilidade do projeto do ponto de vista econômico-financeiro, que incluirá demonstração dos resultados quantitativos estimados para o projeto, previsão de aporte de recursos, dimensionamento das garantias a serem oferecidas pelos agentes públicos e privados e alocação contratual de riscos.

Os Estudos deverão expressar todos os valores em reais (R\$), além de considerar a Norma Contábil e o Regime Fiscal vigentes no País.

A análise e a projeção de receitas deverão compreender, quando aplicável:

- a) estudo de demanda e sua projeção ao longo do prazo contratual, considerando as linhas de negócios e tipos de eventos, serviços prestados e preços praticados, envolvendo não somente atividades âncora, como também as atividades complementares associadas; e
- b) modelo de remuneração do parceiro privado, baseado na obtenção de receitas com a exploração comercial dos parques, incluindo os empreendimentos associados.

Os ESTUDOS deverão explicitar as premissas adotadas para a projeção das receitas ao longo do prazo contratual.

5.3.2.1. Análise de viabilidade econômico-financeira

A análise de viabilidade econômico-financeira deve envolver os seguintes estudos, quando aplicáveis:

- a) análise econômica da modalidade de contratação do empreendimento mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, considerando os aspectos de custo-benefício, custos de oportunidade, *Value for Money*, dentre outros;
- b) modelo financeiro detalhado em planilha eletrônica do tipo Microsoft Excel que comprove a viabilidade financeira do negócio, seguindo as práticas contábeis e fiscais vigentes à época da sua preparação;



c) relatório explicativo da modelagem financeira, contendo a justificativa de todas as premissas utilizadas; e

d) plano de negócios.

O modelo financeiro e o respectivo relatório devem apresentar as premissas que embasaram os Estudos, incluindo, quando aplicável:

a) premissas macroeconômicas e financeiras;

b) avaliação e justificativa para a Taxa Interna de Retorno (TIR) adotada, se aplicável;

c) premissas fiscais e tributárias;

d) descrição da estrutura de capital (próprio e/ou de terceiros);

e) descrição do tipo de dívida e dos instrumentos financeiros utilizados (ponte e/ou longo prazo, sênior e/ou subordinada, empréstimos bancários, utilização de valores mobiliários, melhorias de créditos, hedge etc.), caso aplicável, bem como o montante, prazo e condições de financiamento;

f) cronograma físico-financeiro detalhado dos investimentos, por etapa e por fase de implantação, caso haja, incluindo os prazos para obtenção das licenças de instalação e operação, se aplicável;

g) todas as fontes de receita;

h) premissas para projeção de capital de giro;

i) custos e despesas; e

j) premissas para a recuperação do investimento por parte dos acionistas ao longo do prazo da concessão (distribuição de dividendos, caso previsto, redução de capital etc.).

Os principais resultados do modelo financeiro deverão incluir, se aplicável:

a) estimativa de receitas auferidas pelo parceiro privado com a exploração comercial, bem como receitas acessórias, alternativas e complementares;

b) Taxa Interna de Retorno do projeto (TIR);

c) alavancagem financeira máxima;



- d) produção de indicadores, a exemplo de exposição máxima, custo médio ponderado de capital (WACC), *payback* etc.;
- e) índice de Cobertura dos Serviços de Dívida (ICSD) anual e médio;
- f) avaliação e justificativa para o prazo de concessão adotado;
- g) ano do primeiro retorno de *equity*;
- h) primeiro e último ano de pagamento das dívidas;
- i) contrapartidas a serem pagas em razão da exploração da área e dos serviços prestados; e
- j) outras que se julgar necessárias.

O modelo financeiro deverá incluir, se aplicável:

- a) painel de controle (sumário);
- b) premissas; demonstração de Fluxo de Caixa;
- c) demonstração de Resultados de Exercício;
- d) Balanço Patrimonial;
- e) termos e condições de financiamento;
- f) investimentos e manutenções periódicas;
- g) custos de operação e manutenção;
- h) análises de Sensibilidade;
- i) quadro de usos e fontes de recursos, ano a ano; e
- j) outros elementos que se julgar necessários.

5.3.3. Modelagem jurídica

A modelagem jurídica deverá propor a modalidade de contratação para o projeto, embasada em avaliação jurídica da viabilidade de modelos alternativos ou complementares. A proposta de modelagem jurídica deverá contemplar análises e soluções institucionais, jurídicas e regulatórias pertinentes ao encaminhamento do projeto.

Os Estudos deverão detalhar justificadamente, se aplicável:

- a) as definições do edital e da minuta do contrato ou parceria;
- b) o objeto da contratação ou parceria;
- c) os critérios de julgamento da licitação ou da seleção;
- d) os eventuais critérios de qualificação técnica e econômico-financeira ou os requisitos para a celebração das parcerias;
- e) os critérios para elaboração de proposta técnica, caso prevista;
- f) eventuais condições precedentes à assinatura do contrato ou termo e ao início do prazo de execução do objeto (fase preliminar);
- g) o prazo e o valor estimado do contrato ou parceria;
- h) o mecanismo de remuneração do parceiro e as fontes de receitas do parceiro;
- i) a matriz de risco e as medidas mitigatórias de eventual responsabilização do poder público no tocante às obras e serviços;
- j) a eventual contrapartida a serem pagas à Administração Pública Municipal em razão da exploração da área e dos serviços prestados, tais como eventuais mecanismos de pagamento de outorga, ou o compartilhamento de receitas;
- k) as obrigações das partes, incluindo a eventual descrição de seguros de contratação obrigatória pelo parceiro;
- l) as sanções e penalidades aplicáveis às hipóteses de infração;
- m) o mecanismo de fiscalização da parceria ou contrato e o verificador independente;
- n) a estrutura de garantias;
- o) os procedimentos necessários para garantir o direito aos usuários das áreas;
- p) os bens reversíveis;
- q) as potenciais interfaces institucionais com os agentes envolvidos;
- r) os aspectos tributários do modelo de contratação escolhido.

A modelagem jurídica também poderá conter explicitação das premissas jurídicas adotadas na criação do modelo econômico-financeiro, as minutas dos instrumentos legais necessários para



a implementação da proposta, incluindo o edital de licitação, contrato e demais documentos correlatos.

Poderá conter ainda descrição de procedimentos para obtenção de licenciamentos, autorizações e correlatos; análise de diretrizes regulatórias ambientais, de zoneamento, de impacto no trânsito e de outros aspectos de natureza jurídico-regulatória aplicáveis; a indicação dos requisitos para licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental dos empreendimentos, se aplicável; e indicação dos requisitos para o atendimento das regras de proteção ao patrimônio histórico-cultural.

Os modelos propostos deverão prever prazo de vigência não inferior a 5 anos.

Por fim, poderão ser elaboradas minutas completas de edital e contrato para a modalidade de contratação sugerida, bem como de seus respectivos anexos.

ANEXO II – DESCRIÇÃO DAS ÁREAS

Deck da Ilha

Para devolver a orla do rio de volta à população, propõe-se com o projeto Deck da Ilha da Barra, revitalização em que tornará a beira-rio pública e trará infraestrutura para os moradores que utilizam o espaço como principal rota de acesso às suas moradias. Também como incentivo ambiental e ecológico, tem como objetivo em dar maior foco ao rio Camboriú como parte das condicionantes naturais de Balneário Camboriú, criando o Deck para contemplação e integração da vida pesqueira no bairro e, ainda, outro ângulo de visão para a Barra Sul a nível do observador. Sua ligação com a área histórica da Praça do Pescador, proximidade com a Colônia dos pescadores e a Passarela da Barra, adjacente ao projeto do Porto da Barra dará continuidade da orla como ponto de interesse e marco no bairro da Barra.

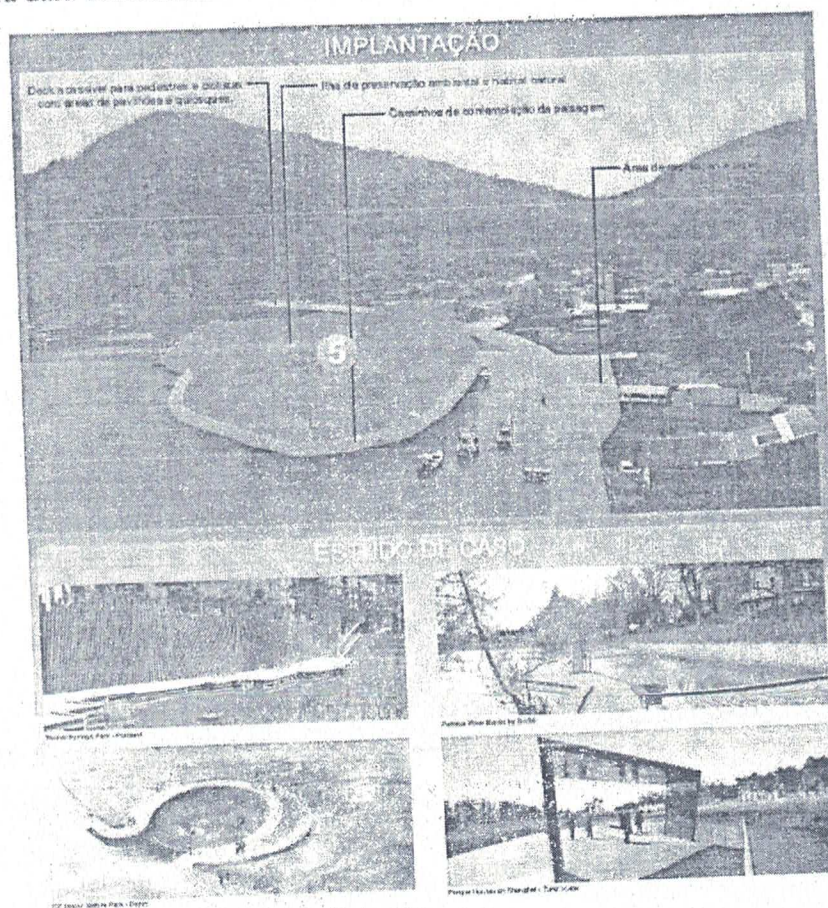


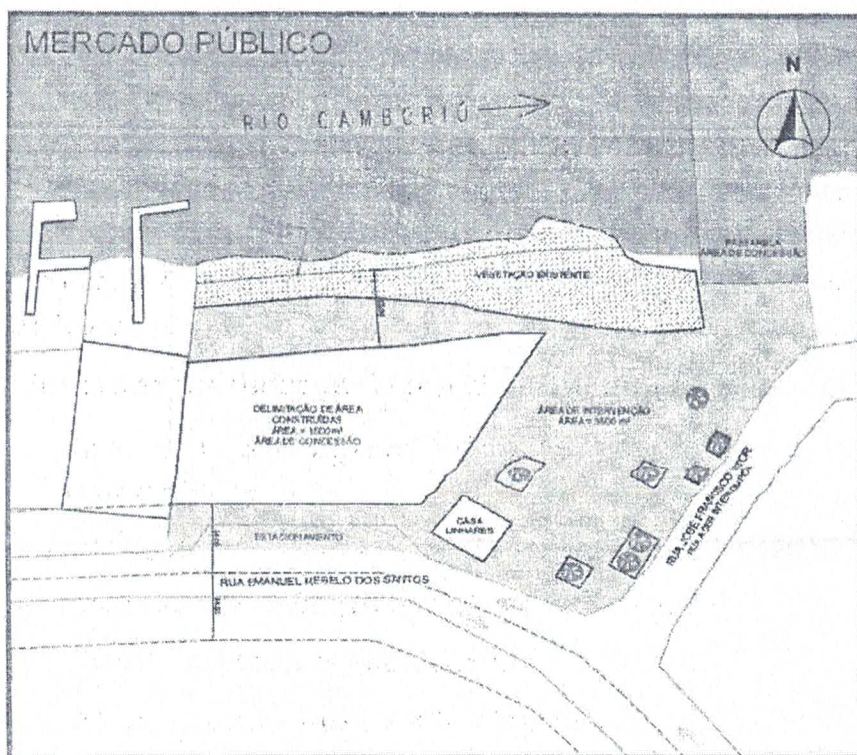
Figura 1 Figuras e Conceitos Ilustrativos

Mercado Público da Barra

O mercado público proposto para o bairro da Barra proporcionará um local de convívio, gastronomia, lazer, artesanato e eventos para os moradores da cidade e aos turistas que visitam Balneário Camboriú de forma a trazer uma maior vitalidade ao bairro da Barra em conjunto com os equipamentos propostos no complexo MERCADO PÚBLICO. O Mercado deverá ser concebido de forma que tenha acesso diretamente ao Rio Camboriú através de atracadouro público.

Condicionantes para elaboração do projeto que deverão ser respeitados:

- Recuo para a Rua Emanuel Rebelo dos Santos - 14,00 m do eixo da via existente;
- Recuo para o Rio Camboriú - 15,00 m da margem;
- Preservação da Edificação denominada Casa Linhares;
- Atracadouro público no Rio Camboriú;
- Gabarito máximo - 2 pav. + 50% - altura máxima 10,00 m.





QUADRO DE ÁREAS

Área de Ocupação: 1500 m²

Área de Intervenção: 3500 m² (Praça, varandas e decks)

Térreo: 1500 m²

Mezanino: 1300 m²

2º Pav: 1200 m²

Área Total Construída: 4000 m²

Total da Concessão: 7500 m²

Passarela da Barra

A passarela faz parte do complexo histórico cultural que interliga a Barra Sul ao bairro da Barra. Permite não só melhoria na infraestrutura e acessibilidade, como também prevê áreas gastronômicas e comerciais. A proposta tem como funcionalidade a criação de mais um atrativo turístico ao local valorizando, assim, a ligação entre os dois bairros e proporcionando aos moradores e turistas uma área de convívio e contemplação da paisagem, convidando os turistas a passear pela conexão do mundo contemporâneo com o histórico. Com o intuito de aprimorar o apelo turístico do local, deve ser prevista a implantação de espetáculo das águas dançantes do Rio Camboriú. Consiste em um sistema de jatos de água, sincronizados com jogos de iluminação e sonorização para criação de um show diário, nos moldes da Ponte Banpo, que atravessa o rio Han, em Seul, na Coreia do Sul.

QUADRO DE ÁREAS

NORTE:

Térreo: 313,60 m²



Mezanino: 177,65 m²

2º Pav.: 323,87 m²

3º Pav. (Cozinha): 70,90 m²

3º Pav. (Sanitários): 62,75 m²

4º Pav. (Resturante): 276,65 m²

SUL:

Térreo: 313,60 m²

Mezanino: 177,65 m²

Circulação vertical Mezanino: 120,64m²

2º Pav.: 323,87 m²

3º Pav.(Cozinha): 70,90 m²

3º Pav. (Sanitários): 62,75 m²

4º Pav. (Resturante): 276,65 m²

4º Pav. Passarela 1353,60 m²

Circulação Vertical: 1447,68 m²

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PARCIAL

PROCESSO: Edital de Chamamento Público nº 01/2018

ASSUNTO: Projeto Mercado Público do Município de Balneário Camboriú

1. DO OBJETO:

Trata-se da reanálise realizada por técnicos da Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, sob coordenação de Vladimir Trautwein, Diretor de Planejamento e Gestão Orçamentária, designado como colaborador da Comissão de Avaliação, instituída pelo Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas – CGP. Reanálise essa, quanto ao projeto arquitetônico do Mercado Público do Município de Balneário Camboriú, no que tange aos quesitos afetos à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, elencados no item 8.2 do Edital de Chamamento Público n.º 01/2018, com previsão de implantação no Bairro da Barra (ver Imagem 1 e Imagem 2), ao lado da “Casa Linhares”, face ao Relatório de Avaliação Parcial, emitido pela SPU datado de 14 de junho de 2019.

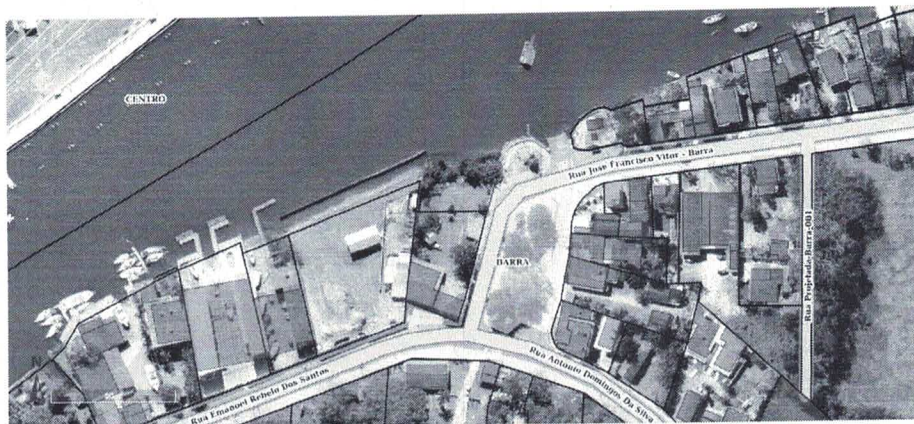


Imagem 1: Situação do imóvel na Rua Emanuel Rebelo dos Santos (DIC 36302 e 36303), no Bairro da Barra.

Fonte: Geoprocessamento – Município de Balneário Camboriú (jun/2019).



Imagem 2: Situação do imóvel na Rua Emanuel Rebelo dos Santos (DIC 36302 e 36303), no Bairro da Barra.

Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-27.0078006,-48.6040112,196m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em 14 de junho de 2019.

2. DOCUMENTOS DE ORIGEM SOB ANÁLISE:

Foram avaliados os documentos apresentados pela proponente, PDBS – Ports Developed By Shiphandlers Participações Ltda (CNPJ 23.423.443/0001-90), conforme o Edital de Chamamento Público n.º 01/2018, em especial os documentos integrantes do “Caderno D”: documentos; memoriais; pranchas painel; projeto arquitetônico executivo e Imagens Empreendimento.

3. REFERÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA ANÁLISE:

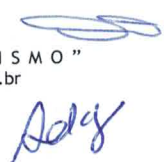
A análise realizada se desenvolveu em consonância ao que prescreve o item 8.2 do Edital de Chamamento Público n.º 01/2018, especialmente aos critérios afetos a área de atuação da Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária.

Nesse sentido, foram pontuados os seguintes tópicos: 8.2.1. Aderência ao EDITAL e ao TERMO DE REFERÊNCIA, com a observância das diretrizes apresentadas neste EDITAL e seus ANEXOS; 8.2.2. Qualidade técnica do diagnóstico e ESTUDOS prévios; 8.2.3. Consistência das informações que subsidiaram o ESTUDO realizado; 8.2.4. Soluções técnicas de engenharia e tecnologia; 8.2.6. Solução técnica e plano de revitalização, operação e manutenção; e 8.2.13. Compatibilidade com a legislação aplicável.

Ainda, quanto ao TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo I do Edital de Chamamento Público n.º 01/2018, foram avaliadas a observância das seguintes diretrizes: a) Preservar a finalidade original da praça e seu patrimônio natural, histórico-cultural e artístico, respeitadas as eventuais limitações de tombamentos incidentes, bem como as normas aplicáveis; b) Garantir que o acesso às áreas seja livre para toda a população; c) Tornar a região do Projeto “MERCADO PÚBLICO” mais atraente para o público em geral e para eventuais parceiros; d) Buscar, sempre que possível, a desoneração da Administração Pública Municipal, por meio da exploração de fontes de receitas alternativas e da atração investimentos privados, tendo em vista a garantia da sustentabilidade financeira dos projetos no longo prazo; e) Valorizar o sítio histórico e cultural do bairro da Barra; f) Resgatar e valorizar o patrimônio histórico tangível e intangível do Bairro da Barra; g) Reconhecer as paisagens significativas e suas relações com o tecido urbano; h) Dar notoriedade aos aspectos culturais tradicionais, humanos e econômicos locais; i) Prever que a administração de cada área atenda aos anseios dos usuários e busque, de forma permanente, o diálogo com os usuários, com os moradores do entorno e com a sociedade; j) Fomentar o uso de áreas e edificações subutilizadas, buscando o pleno uso dos equipamentos destinados de lazer, esporte, contemplação, cultura, bem-estar e outras áreas de interesse, bem ampliando e aprimorando a qualidade dos serviços oferecidos; k) Fomentar a integração com os concessionários, permissionários e/ou parceiros, se for o caso; l) Apontar eventuais condições de atrair investimentos proporcionais aos custos financeiros da parceria ou projeto; m) Promover a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e n) Atentar para as normas aplicáveis no que tange à proteção à paisagem urbana e, especialmente para os eventos, à produção audiovisual.

4. DA ANÁLISE:

Item 8.2.1 do EDITAL: O projeto arquitetônico reapresentado pela PDBS – Ports Developed By Shiphandlers Participações Ltda, desenvolvido pelo escritório Arquipolis Arquitetura Ltda, de autoria do Arq. e Urb. Enio Faqueti, CAU A65455-8, possui aderência ao EDITAL e ao TERMO DE REFERÊNCIA, uma vez que observa a área de implantação e a delimitação da área de construção, objeto do Anexo II, do Edital de Chamamento Público n.º 01/2018, para a área do “Mercado Público da Barra”.



Item **8.2.2.** do EDITAL: O processo apresentado possui a qualidade técnica do diagnóstico e estudos prévios compatíveis com o EDITAL.

Item **8.2.3.** do EDITAL: Entende-se que a proposta reapresentada possui consistência de informações que subsidiaram o ESTUDO realizado, uma vez que, há compatibilidade entre o conceito do projeto, proporcionando a integração com a Casa Linhares e com a Praça adjacente, o aproveitamento das visuais, a partir do nível do observador, para o Rio Camboriú e Praça.

Item **8.2.4.** do Edital: Quanto as soluções técnicas de engenharia e tecnologia, embora o projeto arquitetônico apresentado não possua inovação a este respeito, entende-se que está em conformidade com o EDITAL e compatíveis com os sistemas convencionais de construção.

Item **8.2.6.** do EDITAL: Já em relação a solução técnica e plano de revitalização, operação e manutenção, o projeto arquitetônico reapresentado vislumbra-se como adequado, para a Área de Intervenção (definida no Anexo II do Edital de Chamamento Público n.º 01/2018), bem como, de integração da Casa Linhares ao Mercado Público. Contudo, não há previsão no EDITAL para o fornecimento de combustíveis para embarcações, como demonstra o projeto, situação essa que entende-se potencialmente perigosa num local público, com aglomeração de pessoas. Também, há aparente conflito de fluxos entre o local de descarga de mercadorias (frutos do mar) e o local de abastecimento de embarcações. Também, o local previsto para a Carreira (manutenção de embarcações) não é o mais apropriado, em razão da imediata proximidade com a praça e, assim, aos transeuntes. Entende-se que a Carreira deveria ser objeto de projeto na área do “Deck da Ilha” e não na área do “Mercado Público da Barra”, conforme Anexo II do Edital de Chamamento Público n.º 01/2018. Contudo, considerando os aspectos culturais de tal atrativo (Carreira), poderá ser tolerada tal previsão contida no projeto.

Item **8.2.13** do EDITAL: No que se refere a compatibilidade com a legislação aplicável, o projeto apresentado não está compatível com a legislação municipal (Lei n.º 2.794/2008) quanto a observância da altura máxima estabelecida para as edificações, na microzona ZOR-II-A, ou seja, a altura de 10,00 m (dez metros) a partir do ponto médio do meio-fio até a cumeeira da edificação. O projeto não determina o ponto médio do meio-fio, mas a partir das imagens que integram a proposta e das plantas baixas e cortes, é possível identificar, a altura de aproximadamente 12,00 m (doze metros). Além disso, não está compatível com a legislação municipal quanto a determinação do número de vagas para veículos (Lei n.º 2.794/2008). Nesse aspecto, os próprios proponentes informam a necessidade de legislação específica, no sentido de flexibilizar o número de vagas exigidas para o empreendimento, conforme aponta o “Caderno C”, Modelagem Jurídica, item 15, da p. 45. Somado a isso, entende-se que o Município deve incentivar o uso do empreendimento por meios de transporte diverso daquele “focado” no automóvel, sendo o acesso de pedestres o almejado, em conjunto com o cicloviário, e o transporte público.

Quanto as diretrizes elencadas no TERMO DE REFERÊNCIA, integrante do Anexo I do Edital de Chamamento Público n.º 01/2018, face o projeto arquitetônico apresentado, tem-se os seguintes apontamentos:

Em relação a preservação da finalidade original da praça e seu patrimônio natural, histórico-cultural e



artístico, respeitadas as eventuais limitações de tombamentos incidentes, bem como as normas aplicáveis, entende-se que o projeto reapresentado observa tal diretriz, apresentando solução arquitetônica de modo a integrar a “Casa Linhares” ao equipamento urbano proposto (Mercado Público), numa contraposição entre os estilos arquitetônicos.

O projeto arquitetônico apresentado contempla a previsão de que o acesso às áreas seja livre para toda a população nas áreas de uso comum. Já as áreas privativas das unidades comerciais, possuem as restrições de acessos, a fim das atividades serem desenvolvidas conforme a necessidade de cada uso.

De um modo geral a proposta apresentada torna a região do projeto “Mercado Público” mais atraente para o público em geral e para eventuais parceiros, em razão da sua peculiaridade e centralidade no Bairro da Barra.

Quanto a valorização do sítio histórico e cultural do Bairro da Barra, entende-se que, como já mencionado, o projeto arquitetônico reapresentado produz a necessária valorização tanto da Casa Linhares quanto da Praça do Pescador, uma vez que, há integração com a Casa Linhares e a área da praça. Além disso, há alguns pontos no projeto que buscam evidenciar tais aspectos, a exemplo do átrio e dos mirantes. Disso, resta evidenciada a relação de interdependência entre a Casa Linhares e o Mercado Público, e à própria Praça do Pescador, no intuito da formação de um conjunto arquitetônico.

No tocante ao resgate e valorização do patrimônio histórico tangível e intangível do Bairro da Barra, além do já mencionado quanto aos bens tangíveis (Carreira, Praça do Pescador, Casa Linhares), é possível inferir que a proposta apresentada possui marcante significado quanto aos bens intangíveis, sejam eles ligados as práticas da pesca, da produção colonial ou do artesanato, quanto a valorizar a área da Praça do Pescador e seu entorno, origem do povoado de Nossa Senhora do Bonsucesso (Balneário Camboriú), e por conseguinte a memória do local.

No que concerne ao reconhecimento das paisagens significativas e suas relações com o tecido urbano, é possível averiguar que o projeto arquitetônico reapresentado, possui pontos nos quais privilegia as visuais do observador (pedestre ou em veículo) situado na Rua Emanuel Rebelo dos Santos, como demonstra imagem ilustrativo que integra o projeto. Nesse aspecto, há correspondência entre o conceito de permeabilidade visual, indicado pelo autor do projeto, e a proposta da edificação do Mercado Público.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária manifesta-se, quanto aos aspectos conceituais e projetuais acima discriminados, pela viabilidade da proposição do projeto arquitetônico reapresentado, considerando o Edital de Chamamento Público n.º 01/2018, e considerando o que segue:

A) Há necessidade de projeto de lei específico, no qual considere o empreendimento como “Projeto Especial”, nos termos dos arts. 156 e 157 do Plano Diretor (Lei n.º 2.686/2006) e o art. 9º, da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei n.º 2.794/2008), em razão da altura da edificação, do número de vagas de estacionamento, da Área de Preservação Permanente do Rio Camboriú, e da taxa de ocupação diverges da


legislação;

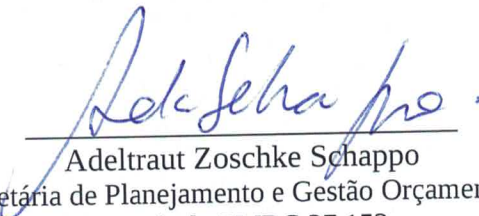
B) Que a previsão para abastecimento de embarcações seja exclusivamente para o uso de diesel, atendendo as normas ambientais e da ANP, e para os pescadores artesanais devidamente inscritos em cadastro do Governo Federal para esta atividade; e

C) O projeto arquitetônico deverá ser submetido as necessárias aprovações (urbanística e ambiental).

É o relato necessário.

Balneário Camboriú, 1 de agosto de 2019.


Vladimir Marcolin Trautwein
Diretor de Departamento de Planejamento e Gestão
Orçamentária - Matrícula PMBC 38.725


Adeltraut Zoschke Schappo
Secretária de Planejamento e Gestão Orçamentária
Matrícula PMBC 37.153



LEI Nº 2396 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004.

**"ALTERA E CRIA DISPOSITIVOS DA
LEI Nº 1677/97 - PLANO DIRETOR DO
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO
CAMBORIÚ."**

O Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 24, § 2º e seus incisos, da Lei Municipal nº 1.677/97 - Plano Diretor do Município de Balneário Camboriú, passa a vigorar conforme abaixo especificado:

"Art. 24 ...

(...)

§ 2º - ...

(...)

IV - Hotéis e demais meios de hospedagem

- a) 70% (setenta por cento) do total das unidades de alojamento deverão possuir 01 (uma) vaga de estacionamento para cada unidade de alojamento, com as dimensões mínimas de 2,50m (dois metros e cinquenta) de largura por 5,00m (cinco metros) de comprimento, totalmente desimpedidas, contendo áreas de circulação de veículos de 5,00m (cinco metros) de largura;
- b) Os 30% (trinta por cento) do total de unidades de alojamento remanescentes, ficam desobrigadas das determinações expressas na letra "a" do inciso IV deste artigo;
- c) 01 (uma) vaga de ônibus para embarque/desembarque inserida na área física do terreno.

§ 3º - Para implantação de empreendimentos classificados como meios de hospedagem, incluídos nesta categoria os hotéis, hotéis-residência, apart-hotéis, hotéis de lazer, motéis, albergues de turismo, pousadas e casas de excursão, a área de terreno mínima exigida para implantação de novos empreendimentos, será de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), em todos o território municipal.

§ 4º O projeto, para implantação de empreendimentos classificados como meios de hospedagem, deverá apresentar facilidades construtivas, de instalações e de uso, para pessoas com necessidades especiais, de acordo com a NBR 9.050 - 1994 e Lei Municipal nº 1.286/1993."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Balneário Camboriú, 10 de novembro de 2004.

Rubens Spornau
Prefeito Municipal

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 18/05/2009

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.